



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008290-45.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização Trabalhista**  
 Requerente: **FABIO BUSSOLAN CINTRA**  
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

**FÁBIO BUSSOLAN CINTRA** move AÇÃO DE COBRANÇA contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, alegando que foi contratado para prestação de serviços médicos como profissional liberal, mais especificamente como plantonista, sendo o pagamento efetuado através de RPA (recibo de pagamento autônomo). Todavia, a administração não pagou os meses de novembro e dezembro de 2016 e janeiro de 2017. Requer a condenação da Municipalidade ao pagamento de R\$ 37.480,00 (trinta e sete mil e quatrocentos e oitenta reais) correspondentes aos serviços prestados nos meses acima discriminados.

Citado, o Município de São Carlos apresentou contestação (fls. 61/75). Preliminarmente, alegou que o autor não possui interesse de agir, diante da existência de pedido administrativo pendente. Quanto ao mérito, aduz que, no âmbito da saúde local, não existe lei ou decreto que permita a contratação de médicos no regime RPA. A única documentação tratava-se de uma planilha mensal de pagamento para cada médico, sendo que tais contratações foram declaradas ilegais pelo TCE. Afirmou, ainda, que “em tese” é possível que existam valores a serem pagos pelos serviços prestados, mas tal pagamento esbarra na ilegalidade da contratação, declarada pelo TCE, e dos comprovantes de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

prestação de serviços (registro de ponto) absolutamente falhos, sendo que nem mesmo o autor tem como provar que os serviços foram prestados, não se podendo aferir o exato valor a que teria direito.

Houve réplica (fls. 172/179).

Processo saneado a fl. 186, afastando-se a preliminar de falta de interesse de agir, indeferindo-se o pedido de sobrestamento feito pelo Município e o intimando para apresentar os dados levantados sobre o profissional em questão.

A Fazenda Municipal, em cumprimento ao despacho, informa que o Secretário Municipal responsável pela Pasta atesta que o autor laborou nos meses discriminados na inicial, todavia, os valores nela apresentados estão discriminados de forma bruta, devendo, no momento do pagamento do débito, se considerar os descontos referentes à contribuição para o INSS e o recolhimento do Imposto de Renda.

Após manifestação das partes, determinou-se que as provas orais produzidas no processo de nº 1001602-67.2017.8.26.0566 fossem trasladadas para estes autos, o que ocorreu a fls. 235/245.

### **É o relatório.**

### **Fundamento e decido.**

As preliminares já foram apreciadas e afastadas em saneamento, de modo que passo ao julgamento, observando o pedido de cobrança dos valores atrasados.

Os atrasados são devidos, pois o autor comprova que efetivamente prestou os serviços que fundamentam a postulação. Se os pagamentos fossem negados com base na irregularidade das normas que embasaram as contratações, haveria enriquecimento do erário municipal às custas do autor, que, efetivamente, desempenhou sua atividade, não



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

havendo indício de que tenha agido de má-fé.

Também não há qualquer indicação de que os montantes cobrados – em conformidade com a prática de então – estejam em desacordo com os preços praticados no mercado.

Veja-se a prova emprestada do processo nº 1001602-67.2017.8.26.0566.

O próprio prefeito municipal, fls.237, declarou em juízo: "logo que assumi, verifiquei que os serviços foram efetivamente prestados pelos autores".

Essa assertiva é corroborada, ainda, pelo detalhado relato de Liliane Braga Virgulina, que, à época da prestação dos serviços, era Supervisora da Unidade da UPA Aracy, fls. 41/42 e 238/239.

Esse conjunto probatório é reforçado pelo parecer do Secretário Municipal da Saúde, no qual informa que, pela análise das folhas de frequência o autor, prestou serviços à Municipalidade nos meses de novembro de 2016 a janeiro de 2017, os quais não foram pagos devido à proibição do TCE (fls. 244/245).

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e parcialmente procedente o pedido, para condenar o Município de São Carlos a pagar ao autor o valor referente aos meses de novembro e dezembro de 2016 e janeiro de 2017, no montante indicado pela municipalidade às fls. 255: R\$ 36.000,00, observando-se os descontos relativos ao Imposto de Renda, com atualização monetária desde a propositura da ação, e juros moratórios desde a citação.

A atualização monetária deverá ser feita de acordo com o IPCA-E, e juros de mora nos termos da caderneta de poupança, conforme se decidiu no julgamento do RE 870.947, relativo ao Tema 810, d.j. 20.09.2017. Não há necessidade de se aguardar o trânsito em julgado da tese fixada pelo E. STF, no RE 870947, à qual se deve observância



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

imediate, conforme sinalizado pelo próprio E. STF (cf. Rcl nº 3.632 AgR/AM, rel. Min. Eros Grau; ARE nº 930.647 Agr/PR, rel. Min. Roberto Barroso; RE nº 781214 AgR/Sp e 612.375 AgR/DF, ambos rel. Min. Dias Toffoli).

Reconheço a natureza alimentar do débito.

Sem condenação do réu nas verbas sucumbenciais, nos termos da Lei nº 12.153/09 e Lei nº 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 06 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**